

ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Angela Albino - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, gostaria, além de cumprimentar todos os deputados neste reinício dos trabalhos desta Casa, de dar boas-vindas ao deputado Taxista Voltolini, do médio vale do Itajaí, pessoa que admiramos pelo trabalho que realiza, pelo seu jeito autêntico de ser. E agora o médio vale está reforçado com a sua presença nesta Casa, pois sei que irá representar muito bem a nossa região,

juntamente com a do deputado Jean Kuhlmann e deste deputado.

Que v.exa. tenha novamente uma boa passagem nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, da mesma forma gostaria de cumprimentar todos aqui presentes e desejar um bom semestre de trabalho.

Quero também cumprimentar, de forma especial, o meu amigo deputado Taxista Voltolini, que hoje assume novamente na condição de deputado estadual e que vai trabalhar e representar, com certeza, muito bem a região de Timbó.

Então, desejo a v.exa. muito sucesso e um bom semestre a todos.

Que Deus possa abençoar esta Casa e que cada um de nós possa trabalhar pensando em prol de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também deseja, em nome de todos os parlamentares, saudar o retorno do nosso querido deputado Taxista Voltolini.

Na próxima terça-feira, dia 06 de agosto, dia de Bom Jesus de Iguape, padroeiro da minha comunidade, o deputado Taxista Voltolini vai fazer a sua manifestação, o seu discurso de posse, e aqui estarão todos os seus amigos de Benedito.

V.Exa. pode ter certeza de que é recebido, nesta Casa, com muita alegria, com muito carinho, com muita sinceridade.

Repito o que lhe disse no gabinete: v.exa. conquistou o carinho e o respeito de todos os integrantes desta Casa e deixou saudades quando saiu daqui. Eu falo em nome de todos os deputados.

Seja bem-vindo nesta Casa!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero saudar v.exa. e os demais integrantes da mesa, os deputados estaduais aqui presentes e saudar também e parabenizar o deputado Taxista Voltolini pela sua posse nesta Casa, com qual conviveremos por mais 60 dias. Então, é uma satisfação reabrirmos hoje os trabalhos legislativos para este segundo semestre do ano de 2013, nesta manhã de quinta-feira.

Na verdade, esta tribuna e este plenário, dentro do nosso ponto de vista, são o espaço essencial e necessário para a existência do Parlamento. Silêncio nas tribunas significa muitas vezes a ausência de debate político ou pelo menos da pluralidade do debate político no interior de uma sociedade, uma vez que os principais meios de divulgação da opinião e formação pública são também grupos empresariais, muitas vezes grandes grupos empresariais, um setor cada vez mais monopolizado.

Depois da neve e da visita do Papa, depois de acontecimentos e fenômenos extraordinários dessas últimas duas semanas, nós voltamos para os trabalhos legislativos, mas também voltamos para o debate normal e cotidiano da realidade brasileira tal qual ela é. E para isso precisamos refletir ou continuar refletindo sobre algumas questões importantes para a sociedade catarinense e brasileira. Uma dessas questões importantes para a Segurança Pública é que os servidores deste setor, os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e os demais segmentos militares estaduais, ou seja, os oficiais, os policiais civis, os delegados e os setores de base, continuam na perspectiva de que o governo apresente uma proposta melhorada com relação aos últimos acontecimentos que se teve conhecimento.

Este semestre que começa hoje também será o de debater aqui a nova política salarial dos servidores da Segurança Pública. E nós e os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, organizados em torno da associação dos praças de Santa Catarina, continuamos vigilantes negociando

com o governo, trabalhando na perspectiva de avanços do ponto de vista salarial, não se esquecendo de discutir questões importantes da carreira, baseados em alguns princípios de que não haja retirada de nenhum direito fundamental dessa categoria, que já são poucos. E que não haja também discriminação entre um segmento e outro, entre uma instituição e outra ou dentro da mesma instituição.

Então, que a diferença entre o menor e o maior salário não seja superior a quatro vezes dentro da Segurança Pública. Esse é o debate que temos tocado aqui, já no sétimo ano.

Outra questão que vai esquentar neste semestre que começa é a continuidade da tramitação do projeto que dá poder de polícia aos bombeiros. Está em tramitação ainda e esperamos aprovar no menor tempo possível.

Por fim, o tema que mais tem proporcionado debate na grande imprensa ou até nos setores políticos da sociedade, nas últimas semanas e meses, é a questão da saúde ou, especificamente, a questão dos médicos. E quando se citava sobre a neve, especialmente a neve no sul de Santa Catarina, na época em que o Papa estava no Brasil, não se falou quase nada a respeito desse assunto durante duas semanas. A visita do Papa deu uma tomada nos espaços de debate na grande mídia na semana passada e também na semana anterior, tornando o assunto principal. Mas, passados esses dois motivos, eis que volta a questão dos médicos. E o que tem impressionado a este deputado é a facilidade com que o governo federal toma uma posição e depois a abandona.

O governo da presidente Dilma Rousseff tomou uma posição, nos últimos 30 dias, pelo menos tem sido assim diante da necessidade de se tomar uma atitude com relação às questões importantes da vida nacional, e alguns dias depois, no máximo algumas semanas depois, acabou abandonando ou esquecendo ou deixando de priorizar aquela questão.

Isso vale para a questão da reforma política e para a questão dos médicos. Então, com relação à

proposta do governo sobre a vinda de médicos estrangeiros ao Brasil e o estágio, se assim podemos chamar, de dois anos a mais na formação dos médicos, sendo que nesse período eles teriam que trabalhar obrigatoriamente pelo SUS no serviço público, recebendo uma remuneração de R\$ 10 mil por mês, o governo acabou de recuar também.

Temos acompanhado pelos meios de comunicação o posicionamento dos médicos, outro setor que tem servido para a lucratividade de algumas pessoas ou para uma série de pessoas e de empresas do setor da saúde, empresas farmacêuticas e empresas de equipamentos médicos. Então, é um assunto que acaba sendo de interesse da classe econômica politicamente dominante, mas posição dos médicos precisa ser intocável.

Agora querem também carreira jurídica de estado. Aliás, neste país está-se reconstituindo a nobreza, porque nos últimos anos todo mundo quer ter carreira jurídica. Eu já votei aqui contra duas no estado de Santa Catarina que foram aprovadas. Com todo o respeito ao deputado Maurício Eskudlark, mas votei contra a carreira jurídica aos delegados e aos oficiais da Polícia Militar e votarei contra a qualquer projeto dessa natureza, para qualquer setor. Isso aqui é uma República, apesar de ter sido construída pelas cúpulas, sem terem dado um caráter efetivamente popular. Isso aqui é uma República e agora querem reconstituir a nobreza.

Os médicos querem ser donos absolutos de tudo, inclusive da definição da política de formação, dizer quantos cursos podem ter de medicina, quantos cursos não podem ter, dizer quem pode e quem não pode trabalhar. Aliás, quem passa por esse critério pode e quem não passa não pode.

Eu não sou contrário a Revalida, mas já disse aqui e quero repetir, o mesmo Revalida teria que ser feito para todos os médicos, independentemente do país de formação, inclusive para os brasileiros. Eu disse: o mesmo teste, a mesma prova, porque o corporativismo médico impede inclusive que médicos estrangeiros trabalhem no

Brasil. Possivelmente muitos médicos brasileiros não irão passar se forem fazer aquelas provas.

Evidentemente que precisamos abrir exceção, porque há médicos valorosos e vimos isso no cotidiano dos serviços em Santa Catarina, no serviço público, ou seja, médicos excepcionais. Mas a lógica geral das corporações tem sido essa: subordinadas aos interesses empresariais da indústria farmacêutica e à construção e venda de equipamentos de saúde.

Por isso o médico não pode trabalhar numa cidade pequena. Ele precisa pedir dez exames para cada paciente que entra em seu consultório - e lá não existem os equipamentos necessários -, pois não sabe trabalhar de outra forma.

Então, esse debate precisa ser feito com a sociedade, pois quem tem dinheiro recebe o melhor atendimento em tempo recorde, e quem não tem dinheiro padece nas filas, indo até a óbito. É uma sociedade de bárbaros, não é uma sociedade civilizada, e esse debate precisa ser feito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, quero dizer algumas palavras a respeito da nossa trajetória durante esses dias em que não foram realizadas sessões e pegar também uma caroninha na fala do nobre deputado Sargento Amauri Soares com relação à questão dos médicos.

Todos nós, deputados, aproveitamos os dias em que estávamos de recesso para visitar nossas bases - isso foi feito em todas as regiões do estado - e chegamos à conclusão de que a máquina pública precisa ser redimensionada para conseguir atender às demandas da comunidade. E quero deixar isso registrado de forma consciente porque o redimensionamento de gestão passa por planejamento e não por ações curativas.

Deputado Taxista Voltolini, faço minhas as palavras do nosso presidente deputado Joares Ponticelli com relação à alegria em tê-lo de volta a esta Casa, pela forma tão carinhosa que sempre nos atendeu, conquistando todos. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

Estou cada vez mais convicto, deputado Ismael dos Santos, de que se não houver planejamento o gasto não será controlado. Havendo planejamento, gastar-se-á menos, por exemplo, na saúde curativa, no saneamento básico para cada dólar investido, economizando até US\$ 5,00 na saúde curativa. Mas entendo que o governo federal ainda está atrapalhado, meio atordoado e zozado com o barulho das ruas, deputado Valmir Comin.

Se for feita uma análise do pós-rua, do *post-hashtag*, deputado Gelson Merisio, porque esse foi um movimento eminentemente social, de redes sociais, veremos que a presidente Dilma Rousseff está totalmente perdida, como também seus auxiliares, porque primeiro ela falou em Constituinte, depois em plebiscito, em reforma política, na contratação de médicos de fora do país, no projeto do Programa Mais Médico, que o curso de medicina iria aumentar mais dois anos, mas agora recuou dizendo que a residência médica será feita no campo.

Então, se formos fazer uma análise a esse respeito veremos que a questão administrativa do Brasil está um caos, o país está perdido, o dólar alcançando tetos exorbitantes. O dólar não parou de subir por causa das três intervenções que o Banco Central fez no leilão na compra do dólar e sim porque o Banco Central Americano - Federal Reserve -, o FED, entrou e estancou a subida. Ou seja, estamos dependendo disso, a inflação subindo e as pessoas cada vez mais se endividando.

V.Exas. viram ontem que 44,19% das famílias brasileiras estão endividadas, dado esse extremamente preocupante. E fico também preocupado ao ver um governo tão perdido.

Eu vejo assim: o governo Dilma está tratando o barulho das ruas como um corpo que chegou sangrando no pronto-atendimento e estão tentando

estancar o sangue sem ver o que aconteceu lá dentro. Porque se for falar em curar, tem cura isso! E a cura passa, obrigatoriamente, pelo novo pacto federativo, para que o dinheiro não fique somente no governo federal e sim mais nos municípios.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, quero parabenizá-lo pelas suas colocações.

Realmente a minha inserção seria para dizer que tudo isso chegou ao ponto - e é uma questão que vem acontecendo de forma histórica neste país - de que somente se vai conseguir mudar se houver esse novo pacto federativo. Mas mais do que o pacto federativo é necessário que haja uma reforma profunda na estrutura do país, uma reforma nas estruturas, uma grande Assembleia Constituinte que possa rever o custo do governo federal e o custo dos Poderes para a população. Ou seja, é preciso rever toda a situação estrutural deste país.

Não é admissível que enquanto uma prefeitura ou um estado tem a obrigação de gastar um orçamento na saúde, a união não tem obrigação nenhuma. Ou seja, tem que haver uma Emenda n. 27, tem que haver várias questões tramitando. Então, é importante que seja feita uma grande reforma estruturante.

Por isso que defendo uma Assembleia Constituinte da qual participem pessoas que não foram candidatas nos últimos dez anos e que em 20 anos também não possam ser candidatas, porque somente mudaremos através de uma Assembleia Constituinte eleita por pessoas que não tenham como se beneficiar daquilo que estarão votando.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado! É muito boa a sua sugestão!

Srs. deputados, quero propor ao governo de Santa Catarina que informe para o governo federal o que está sendo feito no estado com relação à auditoria que está sendo feita nos hospitais na área da saúde. Isso é planejar, é enxergar lá na

frente, é ficar preocupado em resolver o problema e não estancar o sangue.

Voltando à questão dos médicos que o deputado Sargento Amauri Soares falou, quero dizer que gostei de ouvir a justificativa dada ao aluno da faculdade pública: restituir parte do investimento que foi feito no aluno quando estudante de uma universidade pública. Afinal de contas, ele está estudando, mas está sendo pago pelo erário público, pelas pessoas, e agora terá um tempo para fazer isso.

Por isso que o governo federal queria que os médicos fizessem parte da sua residência médica atuando no SUS, a fim de restituir o investimento feito pela faculdade pública ou pelo cidadão. Muito bem: governo federal, *show* de bola, gostei da ideia! E os outros cursos? Quer dizer que o engenheiro que se forma na escola pública, que está sendo pago também, vai precisar restituir? Ou os alunos de todos os outros cursos da escola pública não terão que restituir? Por que somente o médico? Se o conceito é devolver parte do investimento, por que não os outros alunos que estão recebendo recursos, que estão na faculdade pública paga pelo erário público? Por que não também os alunos de outros cursos? Por que somente os médicos? "Ah, é porque o Brasil está precisando somente de médicos."

Então, fecha os outros cursos e deixa somente o de Medicina! Quando passamos a observar, verificamos as incoerências e a forma perdida com que este governo está tratando coisas sérias como a questão da saúde neste país.

Eu vejo o governo federal, que levou uma pancada nos olhos, igual ao nosso lutador Anderson, que apanhou. O americano chegou, deu uma pancada e ele caiu. O governo está assim, caído na lona, apanhando ainda. Ou bate na lona ou bate o gongo, para que acabe esse *round*.

É uma pena ver um governo federal tateando nas questões, vendo as questões muito mais como uma resposta de *marketing* do que como uma resposta efetiva para a população que sofre tanto.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, de quatro prefeitos do extremo oeste: sr. Enoi Scherer, de Tunápolis; sr. José Carlos Berti, de Bandeirantes; sr. Elízio Rodrigues da Fonseca, de Romelândia, e sr. Genésio Bressiani, de Belmonte.

Eles vieram à capital para uma reunião com o governo do estado e representantes do governo federal e hoje estão nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença ilustre dos prefeitos que estão participando das nossas atividades nesta manhã de 1º de agosto.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares e companheiros desta Casa.

Quero desejar, primeiramente, a todos um bom semestre e que possamos trabalhar muito no sentido de votarmos projetos importantes nesta Casa, como defendermos e lutarmos pelas ações do Executivo, seja na esfera municipal, estadual ou federal, que interessem à nossa população.

Essas ações são importantes para defender as pessoas mais humildes, a sociedade, que mais precisa do nosso trabalho como parlamentar, que mais precisa do nosso trabalho de intervenção, porque neste país, felizmente, os deputados, os vereadores, os parlamentares ainda têm o papel importante de tentar resolver os problemas e os gargalos do Poder Executivo e as injustiças que acontecem com a sociedade. Então, temos que fazer cobranças importantes, de forma constante, com relação às ações que são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas.

É dentro desse aspecto, sr. parlamentares, que quero desejar a todos um bom trabalho, um bom semestre e já de cara falar sobre um assunto importante. Foi assinada a questão da ordem de serviço dos lotes 3 e 4 da BR-470. Todo o processo de duplicação da BR-470 tem aproximadamente 7 Km. No lote 3 são 12,9 Km e no lote 4 são 15,4 Km. Esses lotes vão ser executados pela empresa vencedora da licitação, a empresa Sulcatarinense, que tem um papel fundamental, porque é o lote mais conturbado na questão do trânsito daquela região.

Então, temos que fazer o grande papel de cobrança, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que também é de Blumenau; deputado Gilmar Knaesel, de Pomerode; deputado Taxista Voltolini, de Timbó, nossa região, e deputada Ana Paula Lima. Não uma cobrança político-partidária, mas uma cobrança no sentido de fazer com que a burocracia não atrapalhe essa obra, ou seja, fazer com que a empresa contratada não busque artimanhas para aumentar o custo da obra; fazer com que ela realmente aconteça e saia do papel. A nossa função, o nosso papel como parlamentares será justamente fazer com que as entranhas da burocracia não atrapalhem a execução dessa obra tão importante para Santa Catarina.

Eu tive a oportunidade de sugerir a esta Casa a criação de um fórum permanente de duplicação da BR-470. Então, vamos fazer com que esse fórum realmente trabalhe. Hoje é a deputada Ana Paula Lima que coordena o fórum, ano que vem deverá ser o deputado Aldo Schneider, conforme combinado entre todos os parlamentares.

Então, temos que trabalhar para que esta Casa acompanhe de perto esse processo, a fim de que realmente aconteça não somente em relação à duplicação da BR-470, como também tudo que envolve o alto vale, que é o viaduto do município de Lontras, o novo acesso a Rio do Sul, o acesso a Trombudo Central e a Pouso Redondo. Tudo isso envolve a BR-470.

É preciso trabalhar também para que o alto vale seja beneficiado, pois essas intervenções são muito importantes para garantir a segurança das

pessoas, ou seja, garantir a vida em primeiro lugar. E a duplicação da BR-470 é mais do que uma obra de concreto, é mais do que uma obra de terraplanagem, é uma obra para garantir a vida das pessoas que transitam por lá. Por isso vamos acompanhar todo o processo.

Quero também parabenizar, sr. presidente, o grupo RBS, que tem uma campanha específica: BR-470, Todos de Olho. É uma campanha em que o grupo RBS colocou, através de um jornal de Santa Catarina, um site exclusivo para acompanhar a execução dessa obra. E nós, parlamentares, a população e os veículos de comunicação têm que trabalhar de forma conjunta, interagindo no sentido de garantir que essa obra seja executada. Os recursos estão sendo colocados à disposição. Temos que cobrar, desde o Executivo federal, para que esses recursos continuem à disposição até que a obra seja executada pelas empresas.

Esse é o nosso trabalho! Por isso quero desejar sucesso a todos, mas dizer que a obra somente tem validade se realmente sair do papel. Assim sendo, o nosso trabalho e o trabalho dos veículos de comunicação são muito importantes no sentido de tornar cada vez mais transparente esse processo.

Quero também aproveitar, sr. presidente, para lembrar os 30 anos da enchente de 1983, que atingiu o vale do Itajaí. Inclusive esta Casa já realizou uma sessão especial para o lançamento de um livro que trata desse assunto.

No dia 1º de agosto de 1983, a enchente atingia 11m. Foi a sexta subida consecutiva. Foram seis picos naquela enchente. Eu me lembro disso porque a minha casa ficou isolada. Naquela época, eu tinha oito anos de idade e acompanhava meu pai numa canoa. Então, conheço e sei de perto o que foi aquela enchente. E justamente há 30 anos a nossa cidade de Blumenau, o vale de Itajaí, sofria a sexta subida do rio, chegando a 11m no dia 1º de agosto.

Realmente as ações estão sendo executadas agora pelo governo do estado, através de financiamentos, de recursos do próprio governo do

estado, do governo federal, para elevar as nossas barragens e proteger a nossa população do vale, para que não possamos ver uma nova enchente como aquela.

Que esses 30 anos possam servir, srs. deputados, para demonstrar a importância do programa de prevenção de cheias do vale do Itajaí, que está sendo executado pelo governador Raimundo Colombo.

Na condição de presidente da comissão de Defesa Civil desta Casa, vou trabalhar muito para que essas obras saiam do papel, cobrar da secretaria de Defesa Civil, cobrar do governador, cobrar de todos, para que jamais o vale de Itajaí volte a passar por uma enchente como passou há 30 anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, primeiramente, quero renovar as boas-vindas a todos os srs. deputados neste novo semestre de trabalho da Assembleia Legislativa.

Temos um novo colega na Casa. É uma satisfação recebê-lo. V.Exa. sabe da admiração que temos pelo seu trabalho e pela sua luta.

Mas queremos registrar vários assuntos nesta Casa, sr. presidente: amanhã, haverá uma reunião nesta capital com todos os prefeitos do estado de Santa Catarina, juntamente com o governador Raimundo Colombo e representantes do governo federal, para tratar de ações a serem implementadas.

Assistindo, pela manhã, aos jornais, pude ver a preocupação do governador Raimundo Colombo com a burocracia que emperra o estado com um todo, principalmente da necessidade urgente de obras. E hoje os noticiários mostraram a preocupação com a questão da saúde em vários estados. Em Natal, foi

decretado estado de calamidade pública na saúde, para que possam realizar algumas obras, algumas contratações para a solução desses problemas.

Todos aqui hoje já se manifestaram sobre a questão dos médicos. Então, em nome do nosso partido, o PSC, queremos nos solidarizar com os médicos pelo trabalho que fazem em prol da saúde deste país. Acompanhei o comentário do jornalista Moacir Pereira e quero falar dos atropelos que o governo federal tem feito tentando encontrar uma solução.

Sabemos que o objetivo é encontrar uma solução, mas não pode ser de forma atropelada, trocando ideias rapidamente, colocando em cinco minutos na mídia, editando portarias, resoluções e depois tendo que voltar atrás.

Todos nós queremos que os municípios tenham uma saúde que atenda o cidadão. Mas não adianta querer forçar jovens médicos, cheios de vontade, de motivação, que concluíram o curso de medicina, que querem fazer especialização para ser um profissional qualificado, a ir para um município pequeno, no interior. Isso pode fazer com que eles fiquem desestimulados no primeiro ano, porque irão para um município onde não existe aparelho de raios X, tomógrafo, onde tenham que atender as pessoas e depois encaminharem para outro centro médico. Quer dizer, o governo quer condenar aquele jovem, que é um grande potencial, o médico recém-formado, que quer fazer uma especialização, um curso e buscar melhor qualificação possível, a ser um mero examinador de pacientes que os encaminha para outros centros médicos. Não é assim que iremos resolver o problema da saúde. Iremos resolver com ações práticas.

Temos bons médicos, as nossas universidades têm formado grandes profissionais e não há reclamações a respeito. Existem erros, bem como nas outras profissões, mas há qualificação por parte dos médicos. Temos exemplos como Balneário Camboriú, que é referência médica no tratamento de olhos, do coração, bem como Joinville, Florianópolis. Enfim, existem tantas referências boas da medicina no país, a exemplo do nosso

estado, e isso pode desestimular os nossos profissionais da medicina.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARH - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, quero parabenizá-lo por suas colocações, porque parece que o governo federal quer tratar o povo como cobaia ao dizer que quer mandar os médicos para o interior para suprir a falta de médicos, porque tem que ter gente sentada naquela cadeira atendendo o povo. Não é dessa forma que o povo quer ser atendido. O povo quer ser atendido com dignidade, com respeito, com seriedade.

Eu acredito e acho importante, sim, que aquela pessoa que concluiu o seu curso trabalhe dois anos no SUS, entenda o sistema, trabalhe para poder melhorá-lo, porque durante a carreira terá que ajudar a defender o Sistema Único de Saúde e atender o povo. Mas ele tem que ir para um local estruturado, adequado, um local que realmente dê condição a ele de gostar da sua profissão, como v.exa. disse, do seu trabalho, animar-se com sua profissão e, ao mesmo tempo, atender o povo mais humilde, que mais precisa desse atendimento. Mas o que mais me espanta é a forma como o governo federal está querendo fazer isso. Em primeiro lugar, ele coloca a ideia de se fazer um plebiscito. Se colar, colou. Se não colar, não colou. Depois, coloca outra ideia.

Parece que o governo federal quer colocar as ideias e depois discutir os assuntos. O grande erro desse processo é que existem lados positivos e lados negativos. Mas acredito que o grande erro está na falta de diálogo por parte do governo federal. Ele tinha que ter construído antes com a sociedade, com a classe médica uma solução para os problemas, em alguns momentos problemas estruturantes, de qualificação profissional; mas mais do que isso, deputado, ele teria que criar vergonha na cara e colocar mais dinheiro na saúde e menos dinheiro em mordomias.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado!

Nós temos exemplos. Como v.exa. disse, não adianta querer distrair a atenção da população. O ex-presidente Lula era mais astuto, vamos dizer assim, porque quando era cobrada alguma questão da saúde ou da economia ele ia para a imprensa e chamava a atenção para outros temas como o do Ronaldinho está gordo. O que tinha a ver o Ronaldinho com a questão da saúde, ou seja, com os problemas do país? Mas o Brasil inteiro começava a discutir se o Ronaldinho estava gordo ou não. Desta forma, tirava o foco daquele assunto que a sociedade queria discutir. E agora o que tem ocorrido, infelizmente, são esses atropelos.

No momento se parou um pouco de falar sobre a rodovia. Por quê? Porque se falará sobre essa questão quando o projeto estiver em andamento, quando estiver pronto, quando estiver licitado, quando a população começar a cobrar que a 470 não é duplicada, que ainda não se conseguiu concluir totalmente a BR-101. Aí vão dizer que serão feitas ferrovias. Isso é quase como que tirar a atenção da população. Ela não é tão experiente como o Lula, que inventava alguma coisa como o Corinthians ser campeão, o Ronaldinho está gordo, etc., e a atenção da população passava para outro assunto.

Srs. deputados, estive visitando há poucos dias o Hospital Celso Ramos e por isso posso dizer que é uma referência o que o governo do estado está fazendo. Nós tínhamos uma média de 70, 80 pessoas por dia pelos corredores esperando o atendimento de emergência, mas não recebiam esse atendimento imediato porque faltava sala de cirurgia.

Diante desse quadro, o governo do estado mandou acompanhar a situação para saber por que isso estava acontecendo. Chegaram ao cúmulo do absurdo de encaminhar as pessoas para as suas residências somente com o primeiro atendimento, para depois aguardarem para serem chamadas para fazer a cirurgia. Foram construídas mais seis salas de cirurgias. Hoje, a média de espera, que era de 80 pessoas, já baixou para menos de 20.

Ninguém mais é encaminhado para a sua residência para esperar o chamamento para fazer a cirurgia.

Assim sendo, temos que focar e ver o motivo pelo qual a saúde não é tão eficiente e o governo investir naquela área.

Ontem, conversando com o secretário da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni, ele me falou sobre o projeto de recontratar, como na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Sisp, os enfermeiros que já estão aposentados para fazer o atendimento de recepção e de acompanhamento do paciente, para que tenham conhecimento do que está sendo feito, quando vai ser sua cirurgia, a fim de que o hospital possa dar um melhor atendimento.

Nós também sabemos que quando algum paciente ou um doente em estado grave vai ao hospital ele está fragilizado e é necessário aquele primeiro atendimento, aquela primeira atenção que muitas vezes funciona mais do que o remédio, do que o tratamento que venha a ser dado. Então, os hospitais precisam dar um atendimento digno a essas pessoas. Sabemos do esforço dos médicos, dos enfermeiros, dos profissionais da saúde, mas é preciso apenas que haja condições mínimas necessárias para esse atendimento.

Então, a questão da saúde é muito mais do que ações atropeladas, impensadas e que depois acabam não ocorrendo.

Fala-se em fazer um plebiscito para ver o que a população quer. Vamos resolver esse problema trazendo médicos estrangeiros para o Brasil ou vamos resolver dando efetivas condições para os nossos médicos, para o sistema de saúde, para os nossos profissionais?

O problema não é apenas a falta de médicos, é dar condições efetivas para que a classe médica possa exercer sua função. Se no interior do estado houver um hospital com todos os equipamentos, com toda a tecnologia, profissionais qualificados irão para aquele município. Agora, se um médico tiver que ir à marra para o interior do estado para trabalhar em uma mesa com uma cadeira sem nenhum equipamento para trabalhar, sem Raios X, sem tomografia, sem um exame mais qualificado, ele não

irá conseguir permanecer naquele município ou naquele local. Médico motivado, recém-formado, querendo se especializar e ir para o interior para olhar as pessoas, identificar mais ou menos o problema e depois encaminhar para outros centros não resolve o problema. Resolve, sim, dando condições de trabalho aos nossos profissionais da saúde.

Parabéns pela vitória da classe médica com relação às mudanças que o governo fez voltando atrás no seu primeiro posicionamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, nesta manhã de quinta-feira, com a volta dos parlamentares às suas atividades na Assembleia Legislativa, gostaríamos de cumprimentar o governador, a diretoria da Casan pela assinatura, ontem à tarde, de um termo de parceria de financiamento de uma entidade francesa no valor aproximado de R\$ 260 milhões para ser investido no saneamento básico de várias prefeituras, de vários municípios de porte médio em Santa Catarina, abrangendo o planalto norte, o oeste, a região da Grande Florianópolis, a região sul, como também o município de Santo Amaro.

Estavam presentes o governador, o vice-governador, a diretoria da Casan e alguns parlamentares de vários partidos.

Por isso é importante que salientemos a importância da Casan, que já prestou grandes serviços a Santa Catarina.

Falando nisso, sr. presidente, ficamos surpreendidos, no final de julho, antes do recesso, quando tomamos conhecimento do problema da privatização da água em alguns municípios, como no de Palhoça, em que ocorreu um problema

específico com a prisão de um secretário que comandava um processo de municipalização da água naquele município.

Naquela oportunidade, já havíamos nos manifestado desta tribuna, através da imprensa de Santa Catarina, em conversa com alguns parlamentares, sobre a importância de apurarmos, com mais profundidade, essa questão de municípios que saíram da Casan e fizeram parceria com a iniciativa privada. Eles ficaram devendo fortunas à Casan porque tinham compromissos com a empresa, pagaram multa para ela e entraram na iniciativa privada para ter o seu sistema de água e esgoto tratado pela iniciativa privada.

Deputado Reno Caramori, se fosse para melhorar o sistema de esgoto e de água nós até não fazemos discriminação quanto ao fato de ser pela iniciativa pública ou pela iniciativa privada, mas o que estamos vendo pelas notícias dos jornais e pelo que aconteceu no município de Palhoça é uma verdadeira máfia que se instalou em Santa Catarina e, provavelmente, em outros estados do Brasil para a privatização da água.

Não é à toa que o próprio PSDB expulsou o seu presidente no município de Palhoça. Se o próprio partido do ex-secretário e quem comandava o processo da água foi expulso pelo seu partido, é porque o PSDB viu que havia problemas sérios.

Então, sr. presidente, propusemos, antes do recesso parlamentar, e vamos voltar a tratar disso aqui, juntamente com a deputada Angela Albino, que já tinha se manifestado ontem, através da imprensa, sobre a importância não de ficarmos em cima do município de Palhoça, porque o problema do referido município, na nossa maneira de ver, deputado Renato Hinnig, diz respeito à Câmara Municipal de Palhoça, que deve fiscalizar, e provavelmente ela irá fiscalizar.

Nós, como deputados estaduais, temos um compromisso com a nossa autarquia, com a Casan, que é um órgão, queira ou não queira, que pertence ao governo do estado. Por isso informo de antemão que vou assinar a CPI proposta pela deputada Angela Albino, no sentido de fazermos uma

investigação mais profunda naqueles municípios e na empresa Raízes, onde foi privatizada a água em alguns municípios de Santa Catarina.

Então, sr. presidente, quero me solidarizar com a deputada Angela Albino pela iniciativa e dizer que esperamos que o município de Palhoça, através dos seus vereadores, possa, com mais profundidade, colaborar com o Ministério Público no sentido de apurar a questão dos problemas existentes com a privatização da água de Palhoça.

Sabemos aqui que o próprio Tribunal de Contas do estado já fez uma auditoria nesse setor da privatização da água de Palhoça.

Eu acho que a Assembleia Legislativa irá contribuir substancialmente se colaborar com essa apuração com relação à terceirização, à privatização da água em vários municípios de Santa Catarina.

Sr. presidente, como foi combinado, o restante do tempo será usado pelo deputado Renato Hinnig.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, então, pelo restante do tempo do PMDB, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero corroborar com sua manifestação e também me manifestar no sentido de assinar o requerimento que está sendo proposto pela deputada Angela Albino para a criação de uma CPI e verificar a questão dos contratos de prestação de serviços motivados pelo rompimento dos convênios com a Casan no que diz respeito à água e saneamento no estado de Santa Catarina, decorrente de notícias vinculadas pelos jornais nos últimos dias sobre os problemas que estão acontecendo, principalmente, no município de Palhoça que a sociedade catarinense tomou conhecimento.

Mas quero aproveitar este momento para dar boas-vindas ao deputado Taxista Voltolini, que assume no dia de hoje as atividades no Parlamento catarinense, e dizer que vou tratar de um assunto

que diz respeito à sua atividade profissional, fazendo uma homenagem a ele, que é a mobilidade urban.

No jornal *Diário Catarinense* há uma matéria que trata de uma questão com o título Pelo Fim do Sufoco, impulso à melhor mobilidade. Nesse sentido nós, que ocupamos a secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis durante 27 meses, focamos a busca de soluções para essa questão que para a Grande Florianópolis é emblemática, mas que também é um problema em quase todos os municípios do estado, principalmente nas regiões conurbadas, pois não há mais nenhum lugar em que se vá e não se encontre dificuldades no trânsito. É um problema crucial que a cada dia que passa tende a se agravar mais.

Por isso propomos à bancada do PMDB que protocolasse um projeto criando a Semana Estadual de Mobilidade Urbana. Eu já falei com o deputado Reno Caramori, que é o presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, que vai agilizar a tramitação desse projeto, e na semana que vem a comissão vai apreciar a nossa proposição.

Nós queremos pedir aos srs. deputados agilização para a aprovação desse projeto em plenário, para que na semana do dia 22 de setembro, que é o Dia Mundial sem Carros, tenhamos condições de fazer uma grande mobilização no estado de Santa Catarina. Contamos com a participação também da Assembleia Legislativa, do Poder Executivo estadual, das prefeituras municipais, das Câmaras de Vereadores e de todas as entidades que, de uma forma ou de outra, estão discutindo e demonstrando preocupação com esse tema através de seminários, palestras, reuniões, para chamar a atenção sobre a importância de nos dedicarmos a esse assunto.

No ano passado, tivemos a edição de uma legislação nacional que trata do assunto e que estipula o prazo de três anos, para que todos os municípios do Brasil, de Santa Catarina apresentem o Plano de Mobilidade Urbana Municipal.

Nós temos que demonstrar preocupação e chamar a atenção para esse assunto porque estamos percebendo que os municípios ainda não estão antenados com essa questão, pois isso é de fundamental importância para que se consiga avançar nesse tema tão importante, que a cada dia que passa as coisas não acontecem e vai ficando mais caro para se resolver o problema da mobilidade urbana.

Essa questão exige um planejamento de longo prazo e temos que iniciar essas tratativas.

O governo do estado, através do comitê gestor de mobilidade urbana que propusemos ao governador Raimundo Colombo, editou um decreto no ano passado criando o grupo gestor para fazer uma ação coordenada, que é liberada pela secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, para tratar desses temas. E numa parceria com a SC Parcerias avanços já estão acontecendo por parte do governo do estado. Está em andamento uma manifestação pública de interesse que selecionou três empresas que têm o prazo até o dia 19 de agosto para apresentar projetos de solução de implantação de transporte coletivo inteligente, integrado, que venha a motivar o usuário a fazer uso desse tipo de transporte em detrimento ao transporte individual.

Estamos acompanhando a tramitação desses projetos e estamos convictos de que vamos ter propostas bastante interessantes para serem implementadas na região da Grande Florianópolis.

Reforço esse tema porque tem sido recorrente na imprensa nacional. E ontem mesmo ou anteontem, não me recordo bem, assisti nos telejornais nacionais às manifestações da ministra Miriam Belchior dizendo que o governo federal tem recursos para mobilidade urbana, o que faltam são projetos para o governo federal apoiar.

Portanto, Santa Catarina agora terá efetivamente um projeto na Grande Florianópolis para iniciar a solução da mobilidade urbana, com a implantação de um transporte coletivo de massa inteligente, confortável, confiável. Essa será, sem dúvida alguma, uma proposta concreta.

Esperamos que o governo federal venha a apoiar com os recursos necessários para dar execução efetiva a esses projetos que o governo do estado terá em mãos a partir do dia 19 de agosto. E acreditamos que até o final deste ano já tenhamos condições de aprovar o projeto vencedor e iniciar a efetiva implementação e execução desse projeto.

Portanto, srs. parlamentares, gostaríamos de pedir, mais uma vez, o apoio para aprovarmos de imediato o nosso projeto de criação da Semana da Mobilidade Urbana Estadual, para que consigamos focar esse tema tão importante para a sociedade de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, somente para orientação do deputado que acabou de se pronunciar a respeito do projeto, quero dizer que a matéria está na comissão, já recebeu parecer e na próxima terça-feira o deputado Renato Hinnig conseguirá, com certeza, a aprovação desse projeto do qual fomos o relator.

Portanto, na próxima semana ele poderá vir ao plenário para ser votado. É parecer favorável, somente precisamos que a nossa comissão tenha quórum para aprová-lo, para assim poder tramitar nesta Casa para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, para reinício deste segundo semestre, neste ano de 2013, creio estar em sintonia com os anseios da

comunidade catarinense no sentido de criarmos mecanismos que facilitem a participação da sociedade catarinense, inclusive no processo legislativo.

Falei, no final do semestre anterior, a respeito de uma proposta de emenda constitucional para reduzir o número de assinaturas necessárias para a proposição de projetos de lei de iniciativa popular e agora formalizamos uma PEC - Proposta de Emenda Constitucional - nesse sentido.

A atual Constituição Estadual, em seu art. 50, § 1º, estabeleceu que para a iniciativa popular de leis é necessário que o projeto seja subscrito por no mínimo 1% dos eleitores, distribuídos em pelo menos 20 municípios. E para a emenda constitucional são necessários 2,5% de assinaturas dos eleitores. Isso representa mais de 100 mil assinaturas que têm que ser colhidas uma a uma, com documento, com título, e não temos dúvida de que o legislador constituinte, ao definir esses critérios, limitou a participação da população no processo legislativo. Não por outra razão, ao longo dessas três décadas, sob esse novo regime constitucional, são poucas as proposições de origem parlamentar neste estado.

Creio que são apenas três iniciativas, uma que se referia ao art. 170 da Constituição estadual, que trata das bolsas de estudo para os estudantes economicamente carentes, outra que foi uma iniciativa de entidades sindicais e centrais sindicais, que tratou sobre o piso do salário regional, ou seja, o salário mínimo regional, e uma terceira que tratou sobre a Defensoria Pública.

Em outras palavras, em tempos de democracia consolidada, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina não pode mais permitir tais restrições, até porque tamanha rigidez acaba não só inibindo como também afastando os cidadãos do Parlamento. Em face dessa realidade, como resultado, compromete atitudes favoráveis à democracia.

Como é sabido, a Emenda Dante de Oliveira, das Diretas Já, a redemocratização de 85 e a Constituição Federal de 88 deram passos

importantes e fundamentais para que hoje tenhamos uma democracia consolidada. A partir desses movimentos, constituiu-se um modelo de estado democrático fundado na soberania popular, que representa os interesses coletivos.

Contudo, uma das ameaças sofridas pela democracia é exatamente a rigidez do poder popular de intervir no processo, seja no âmbito Legislativo ou Executivo.

Por isso propusemos que seja colocada em tramitação uma emenda constitucional para o debate nesta Casa, que prevê a redução do número de assinaturas necessárias para essas proposições para 0,5%, ou seja, meio por cento do eleitorado catarinense, o que já dá um número bastante razoável para que seja representativa e não é um número exageradamente grande que impede que iniciativas populares sejam tomadas.

Digo isso porque parece até que poderíamos argumentar, deputado Taxista Voltolini, - seja bem-vindo a esta Casa, deputado, v.exa. que está assumindo hoje o mandato e iniciando essa nova fase - que nós, deputados, estamos abrindo mão de fazermos as proposições. Não, continuamos com o nosso poder de proposição, mas permitindo que a comunidade catarinense possa, de forma organizada, entrar com proposições que sejam depois debatidas à exaustão nesta Casa, abrindo um pouco a possibilidade também deste Parlamento se abrir para a sociedade, dividindo com ela o poder.

O mesmo vale para o Executivo. Temos aqui um debate sobre a validade do Orçamento Regionalizado, que é uma grande experiência, mas que ainda não foi encampada como uma prioridade por parte do atual governo nem por parte dos governos anteriores como um mecanismo de fato de decisão, em que o que for decidido deve ser executado. Algumas prefeituras fazem os seus mecanismos de participação popular como, por exemplo, o Orçamento Participativo.

Tive a oportunidade, durante esses dias de julho em que não houve sessões, o chamado recesso parlamentar de um pouco mais de uma semana - creio que a maioria ou todos os deputados fizeram também

isso -, de cumprir uma agenda muito grande de compromissos, de atividades por este estado afora, e um desses compromissos foi participar do Encontro Sul Brasileiro do Orçamento Participativo realizado durante o evento da ExpoConcórdia, uma grande feira que o município de Concórdia realizou.

Naquela ocasião, debatemos os mecanismos de participação popular nos governos municipais, e um desses exemplos é o Orçamento Participativo, que tive a oportunidade de incentivar por oito anos quando prefeito daquele município, de fazer a sua implantação, contando com a presença e com um debate significativo da comunidade municipal, a ponto de que hoje esse exemplo de Concórdia tem sido citado não somente no Brasil como em eventos internacionais. Então, permitir a participação popular é um mecanismo para que aperfeiçoemos a nossa democracia, a fim de ficarmos o quanto mais possível em sintonia com aquilo que pensa também a sociedade catarinense.

Por fim, sr. presidente, aproveitando o restante do tempo, quero destacar que amanhã será realizado um importante evento na capital da nossa querida Santa Catarina, deputado Reno Caramori, que é o encontro dos prefeitos catarinenses, organizado e articulado pelo governo federal, sob a coordenação da secretaria das Relações Institucionais, em parceria com a Federação Catarinense dos Municípios - Fecam - e com outros órgãos e organismos que reúnem em nosso estado os gestores catarinenses e os prefeitos, para tratar sobre repasse de recursos, parcerias e convênios relacionados aos municípios e ao governo federal e a uma série de programas que estão sendo instituídos ou que já foram instituídos para auxílio dos nossos municípios.

Poucas vezes na história deste país houve tanta presença de parcerias do governo federal com os municípios, possibilitando a implantação de dezenas e centenas de novas creches em Santa Catarina, de novas unidades básicas de saúde como as anunciadas recentemente, da distribuição de máquinas e equipamentos para as prefeituras,

enfim, de parcerias importantes para auxiliar os municípios que dão o primeiro atendimento à comunidade, que dão ao cidadão no seu dia a dia, para que possam dar o melhor atendimento possível.

Essa deve ser a grande preocupação de quem está no setor público, ou seja, atender de forma prioritária a comunidade, as pessoas que demandam do serviço público, que demandam das ações, seja na saúde, na educação ou na infraestrutura.

Então, a grande oportunidade para debater essa relação federativa entre o governo federal e os municípios será nesse encontro que se realizará amanhã, na Grande Florianópolis, na verdade, em São José, mas que abrange todos os municípios de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado.

O SR. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero somente registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Bandeirantes, José Carlos Berti, e da assistente social daquele município; do prefeito e do vice-prefeito de União do Oeste, Everaldo Luis Casonatto e Celso Matiello, e do prefeito de Anchieta, Ari Prestes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sr. deputado Taxista Voltolini, que retorna a esta Casa sempre com esse sorriso maroto e que vem nos prestigiar - realmente v.exa. é uma simpatia de pessoa, muito querido, e para nós é uma satisfação muito grande, em nome da bancada progressista, poder referendar e compartilhar com o nobre colega durante mais este período no Parlamento de Santa Catarina -, para mim foi uma surpresa, na manhã de ontem, a notícia da coluna do jornalista Adelor Lessa, em Criciúma, sobre o Aeroporto Regional, deputado Reno Caramori, v.exa. que é o presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, da qual já tive o privilégio de poder exercê-la.

Na matéria está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Antes de inaugurado, o Aeroporto de Jaguaruna terá que ser reformado.

Será aberto, nos próximos dias, o processo de licitação para 'alargamento' da pista do Aeroporto Humberto Bortoluzzi, em Jaguaruna, que ainda nem entrou em operação.

Outra licitação deverá ser feita para 'ampliar' a estação de passageiros que também nunca foi usada! As obras são necessárias para o início da operação de voos comerciais. Elas foram exigidas pela Anac.

Informações foram confirmadas ontem pelo prefeito de Jaguaruna, Luiz Napoli, um angustiado assumido, afinal, faz 12 anos que essa obra está 'rolando', e até agora 'não decolou' nada dali!

As licitações serão feitas pela secretaria de Infraestrutura do governo do estado. Pergunta inevitável: ninguém viu quando o projeto foi feito, que a pista estava 'estreita' demais? Nem

quando estavam fazendo a obra? Nem que a estação de passageiros era pequena demais?

Agora, é mais dinheiro que vai para as obras e para os projetos. Já foram investidos cerca de R\$ 60 milhões nesse aeroporto. Três governadores já fizeram 'cerimônias' de inauguração: Luiz Henrique, Leonel Pavan e Raimundo Colombo. E todos estabeleceram prazos para o início da operação.

Colombo previu para o segundo semestre de 2012, passou para março deste ano, depois junho, está terminando julho, e agora, considerando as obras que terão que ser feitas, vai ficar para 2014!

Onde estão os políticos do sul? Como se permitem ser enrolados desse jeito durante tanto tempo? O que vão fazer as entidades empresariais que tanto se envolveram com o assunto? É um absurdo o que está acontecendo! Falta de respeito com todos do sul!"

E hoje o Deinfra faz uma manifestação:

(Continua lendo.)

"Para evitar desgaste, governo faz ato com administradora do aeroporto.

A repercussão negativa do anúncio de nova licitação para reformar o aeroporto em Jaguaruna antes de iniciar operação fez o governo do estado agir rápido.

Foi marcada para hoje, às 11h, quinta-feira, reunião na secretaria de Infraestrutura do estado, em Florianópolis, para assinatura do contrato com a empresa que vai administrar o aeroporto. A partir daí a responsabilidade passará para a empresa.

No ato de hoje serão anunciados 'novos prazos' para início da operação no aeroporto.

Ontem à tarde, o jornalista Frutuoso de Oliveira, da assessoria de imprensa da secretaria, informou que não há programação de novas licitações para obras de alargamento da pista e reforma da estação de passageiros e que ninguém da secretaria falou sobre isso.

Quando ouviu que a notícia foi dada pelo prefeito Luiz Napoli, de Jaguaruna, durante entrevista na rádio Hulha Negra, inclusive com

nome do assessor com quem conversou, ele acrescentou - 'pode ter sido um mal-entendido, porque a secretaria está tentando recursos em Brasília para alargamento da pista, mas não tem licitação programada'.

O prefeito Napoli foi procurado ontem por autoridades do governo e da secretaria de Infraestrutura para ajustar a sinfonia em torno do assunto, que produz profundo desgaste.

Neste ponto em que a situação chegou, com 12 anos desde o início das obras, vários prazos fixados (e não cumpridos) para início de operação, mais do que novas versões, o governo precisará fazer o fim da novela e colocar o aeroporto em operação. Palavras, discursos e promessas não surtem mais efeitos".

E aqui vem a crítica de um leitor via e-mail.

"Ademar Arcangelo Cirimbeli, revoltado com a situação do aeroporto de Jaguaruna, escreveu por e-mail:

'Em 30 de junho de 1957, inauguramos o maior aeroporto civil de Santa Catarina, que foi o Aeroporto Leoberto Leal, em Criciúma. Hoje o aeroporto de Jaguaruna ainda é uma promessa, depois de 12 anos'."

O Aeroporto Leoberto Leal estava situado onde está a prefeitura municipal de Criciúma. E a Anac dizia já na época que o aeroporto tinha que vir para Jaguaruna. No entanto, por uma decisão política, foi levado ao distrito vizinho, Forquilha, hoje município.

Também por ficar congestionado, promoveu-se, através de uma reação da classe empresarial e política, a construção de um novo aeroporto. E o DAC dizia que deveria ser novamente em Jaguaruna. Então, hoje ele está realmente no ponto certo, porém, necessitando, como aqui está bem colocado, dos reparos finais para entrar em operação. É um dos aeroportos com a maior dimensão de pista no Brasil, com 300ha, sendo que junto ao terminal de passageiros deverá ser construído o terminal de cargas.

Mas essas desinformações não podem jamais acontecer. Por isso pedimos urgência e muita

responsabilidade por parte do órgão competente, que é o Deinfra, para que possa promover as ações a fim de se começar o mais rápido possível as operações no aeroporto regional de Jaguaruna, no sul de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0028/2013, 0081/2011 e 0083/2012.

Também comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s. 0012/2012; 0030/2013; 0061/2013, 0066/2012, 0069/2013, 0080/2013, 0081/2013, 0100/2012, 0108/2013, 0123/2013, 0124/2013, 0126/2013, 0145/2013, 0155/2013, 0196/2013 e 0197/2013.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0468/2013 e 0469/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0470/2013 e 0471/2013, de autoria da deputada Angela Albino, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0774/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0775/2013, 0776/2013, 0779/2013 e 0782/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0777/2013, de autoria do deputado Manoel Mota; 0778/2013 e 0781/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0780/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 0783/2013 e 0784/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0785/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n.0067/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao governador do estado e às demais autoridades, solicitando o reconhecimento oficial pelo estado da rodovia SC-409, que liga os municípios de Canelinha e Brusque, e a execução do projeto de asfaltamento

daquela rodovia, já contemplada em programa e autorizado em projeto de lei.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0072/2013, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes à obra de pavimentação da rodovia que liga os municípios de Águas Frias e União do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0073/2013, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações referentes à obra que está sendo executada na Escola Básica São Luiz, no município de União do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, bom-dia!

Seja bem-vindo, deputado Taxista Voltolini, a esta Casa. Sei da sua luta, do seu trabalho, da sua dedicação. Desejo pleno sucesso no seu mandato que hora se inicia.

Aproveito a oportunidade, sr. presidente, para cumprimentar todos aqui presentes, as senhoras e os senhores, os telespectadores e os ouvintes da TVAL.

Hoje, pela manhã, quando assistia aos primeiros pronunciamentos feitos depois do retorno do recesso parlamentar a esta Casa, pensei numa coisa - vou externar aqui a expressão que me veio na cabeça -: biruta de aeroporto. Verdade! Aquilo efetivamente que os deputados discursaram sobre a pauta, principalmente, no início da sessão de hoje, dizia respeito às ações e atividades do governo federal. E muito dos srs. deputados, inclusive o deputado Sargento Amauri Soares, fizeram questão de dizer que o governo não tem rumo.

No caso específico, deputado Sargento Amauri Soares, tratou-se do caso dos médicos, que o governo diz uma coisa e depois retorna, tendo em vista a pressão sofrida pelas categorias e pela sociedade civil organizada. Da mesma forma o deputado Jean kuhlmann e o deputado Kennedy Nunes. E é verdade. Eu chego à conclusão de que o meu pronunciamento no dia de hoje tem que ser iniciado usando essa expressão: biruta de aeroporto.

Para onde efetivamente o governo federal deseja ir? Para onde o governo federal deseja dirigir suas ações? Para o norte? Para o sul? Para o leste? Para o este?

Deputado Maurício Eskudlark, nós efetivamente não sabemos. Tanto é verdade que ao fazermos uma pesquisa na grande imprensa nacional, regional e local vimos que as manchetes atestam o que estou dizendo aqui, que é a pura verdade: biruta de aeroporto.

Deputado Romildo Titon, inflação passa meta e cresce pressão por alta de juros. Esta é uma ação do governo federal, presidente Dilma Rousseff. O

que está fazendo o governo para combater a inflação, para diminuir os juros?

Sr. presidente, há outras manchetes ainda que dizem que a inadimplência bate recorde e consumidor dá carro de graça para se livrar da dívida. É um absurdo o índice de endividamento da população brasileira.

Outros jornais também colocam que a inflação e o endividamento vão reduzir a participação da classe "b" no consumo. A classe "b" passa a não ter dinheiro para consumir, para fazer gerar emprego e renda. E ainda no que diz respeito ao quesito inflação, deputado Taxista Voltolini, ao olharmos as manchetes dos jornais, especificamente a *Folha de São Paulo*, está colocado de que a inflação devolve 22 milhões de brasileiros para a situação de miséria. Ou seja, foram trabalhados os programas sociais, brasileiros foram tirados da linha da pobreza e agora 22 milhões de brasileiros são devolvidos para a linha da pobreza no Brasil. Que rumo é esse que o governo federal está tomando e quer dar à economia brasileira? E aí fomos surpreendidos esta semana com as manchetes de jornais divulgando um reajuste de 12,9% na conta de luz. É o maior em oito anos.

Deputado Taxista Voltolini, qual é a política de investimento que está sendo feita na implementação de novas hidrelétricas em Santa Catarina? Que política de investimento está sendo feita na construção de novas usinas no Brasil inteiro?

Vivemos momentos de apreensão no verão passado com relação a apagões em outros estados. Em Santa Catarina ainda não ocorreu isso, mas se não forem feitos investimentos nesse sentido teremos, com certeza absoluta, apagões aqui, como ocorreram em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e até no norte e nordeste do país. Que rumo é esse que o governo federal quer dar? E aí chego à conclusão de que aquilo que os deputados disseram no início da sessão tem a ver com a expressão biruta de aeroporto, que vai para o lado onde sopra o vento.

Nós ainda, ao fazermos as pesquisas, continuamos a constatar sinal amarelo para a

dívida brasileira. Apesar de a vida pública líquida estar em queda, a bruta voltou a subir, indicando que o país não pode se abster de austeridade fiscal. Cadê a Lei de Responsabilidade Fiscal para o governo federal? Não existe!

E mais, corda no pescoço, deputado Romildo Titon, pois muitos governos estão endividados porque dependem da união até para pagar salários, circunstância que faz da federação, cláusula pétrea constitucional, apenas uma utopia no Brasil de hoje. E aí esta Casa se sentiu na obrigação de socorrer o governo do estado aprovando leis, autorizando o governador Raimundo Colombo a contrair nada mais nada menos do que a bagatela de mais de R\$ 10 bilhões. E para que, deputada Dirce Heiderscheidt? Para que o governo do estado possa investir no sistema prisional com financiamento, para que possa investir na segurança pública. Aliás, tudo o que se gasta em segurança pública no Brasil - 87% - é custeado pelos municípios e pelos estados. Somente 13% são custeados pela união federal. E aí esta Casa dá autorização para o governador Raimundo Colombo fazer empréstimos para investir na saúde.

Onde estão os 10% do PIB brasileiro que o governo federal iria investir na saúde? Que rumo é esse do governo federal? Chego à conclusão, deputado Mauro de Nadal, que biruta de aeroporto vai para o lado onde sopra o vento. E nós ainda nesta Casa demos empréstimo ao governador para ele fazer uma operação de tampar buraco em rodovia estadual. Aonde chegamos? E, o que é pior, deputada Dirce Heiderscheidt, esta Casa autorizou o governo do estado a contrair um empréstimo de R\$ 500 milhões para serem repassados a fundos perdidos para os municípios. E sem recursos!

Onde está o dinheiro do governo federal? Saibam v.exas. que no dia 27 de julho, sábado, na semana passada, o governo federal atingiu a cifra de arrecadação de imposto de, nada mais nada menos, R\$ 900 bilhões, em sete meses.

Nós, que somos pais, deputado Renato Hinnig, no nosso dia, dia 11 de agosto, ao levarmos os nossos filhos para almoçar, a nossa família,

daquele almoço vamos pagar nada mais nada menos do que 32.31% de imposto. No nosso dia, no Dia dos Pais, vamos pagar 32.31% de imposto. Que rumo é esse que o governo quer dar?! Que país é este que toca as suas ações, que toca seus projetos de acordo com o vento?!

Então, a expressão biruta de aeroporto, no momento presente, talvez seja a mais adequada.

E amanhã, deputado Romildo Titon, no final do governo da presidente Dilma Rousseff, o governo federal, por intermédio da sua ministra Ideli Salvatti, fará um encontro com todos os prefeitos para dizer a eles o seguinte: no ministério tal há dinheiro para isso, há dinheiro para fazer aquilo. Eu pergunto: por que não fizeram no início do governo? Por que não fizeram em 2011? Por que não fizeram em 2009, ainda com o presidente Lula? Que governo é este?

Sr. presidente e srs. deputados, não há expressão mais adequada do que chamar o governo federal efetivamente de biruta de aeroporto, que caminha de acordo com o vento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h30.

Está encerrada a sessão.